

**LIBERALISMO CLÁSSICO E CAPITAL HUMANO: O ACESSO À EDUCAÇÃO
COMO CRITÉRIO DE LIBERDADE**

**CLASSICAL LIBERALISM AND HUMAN CAPITAL: ACCESS TO EDUCATION AS
A CRITERION OF FREEDOM**

Recebido em: 23/05/2024

Reenviado em: 09/01/2024

Aceito em: 28/01/2025

Publicado em: 28/02/2025

Taís Regina Costa¹ 

Universidade Federal da Fronteira Sul

Sara Almeida² 

Universidade Federal da Fronteira Sul

Resumo: O liberalismo clássico e o capital humano são duas teorias que, embora distintas, possuem a capacidade de se complementar de forma significativa, exercendo um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, com a premissa de que indivíduos não tenham as suas liberdades privadas ou negligenciadas, especialmente a liberdade de acesso à educação. Neste sentido, com base em uma pesquisa bibliográfica, propõe-se contextualizar os processos históricos dessas duas correntes teóricas e explorar sua relação e legitimação no desenvolvimento econômico, humano e social de um país. Enquanto o liberalismo estabelece os princípios e as instituições que promovem a liberdade individual e a prosperidade econômica, o capital humano fortalece as capacidades técnicas, cognitivas e intelectuais. Quando combinados, esses elementos podem criar uma base sólida para o desenvolvimento humano e a melhoria do bem-estar coletivo. Compreende-se que o capital humano desempenha um papel crucial na implementação e no sucesso de uma economia de mercado baseada nos ideais do liberalismo clássico, cujo fulcro reside na salvaguarda da Liberdade Individual.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Capital Humano; Educação; Liberdade Individual; Liberalismo Político.

Abstract: Classical liberalism and human capital are two theories that, although distinct, have the capacity to complement each other significantly, playing a fundamental role in the development of a society, with the premise that individuals should not have their private freedoms neglected, especially the freedom to access education. In this sense, based on a literature review, we propose to contextualize the historical processes of these two theoretical currents and explore their relationship and legitimization in the economic, human, and social development of a country. While classical liberalism establishes the principles and institutions that promote individual freedom and economic prosperity, human capital strengthens technical, cognitive, and intellectual capacities. When combined, these elements can create a solid foundation for human development and the improvement of collective well-being. It is understood that human capital plays a crucial role in the implementation and success of a market economy based on the ideals of classical liberalism, whose core lies in safeguarding Individual Freedom.

Keyword: Development; Human Capital; Education; Individual Freedom; Political Liberalism.

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: tais.costa@yahoo.com.br

² Aluna do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: sara.almeida@iffarroupilha.edu.br

INTRODUÇÃO

O liberalismo clássico e o capital humano são duas teorias que, embora distintas, possuem a capacidade de se complementar de forma significativa, exercendo um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, ao mesmo tempo em que influenciam o indivíduo e sua relação com o mundo. Dito isto, buscamos refletir a dualidade dessas teorias, mostrando como elas desempenham um papel importante tanto no nível macro (sociedade) quanto no nível micro (indivíduo) e como ambas estão interconectadas e influenciam a forma como as pessoas vivem e interagem.

A teoria liberal é uma teoria centrada na ideia moderna de indivíduo. Não se trata de uma abordagem econômica, mas de um ideal de atuação política, cuja existência fundamenta-se em três elementos básicos: o direito à vida, o direito à liberdade e o direito à propriedade. Stewart entende que “a liberdade, a propriedade e a paz são, por assim dizer, os pilares sobre os quais se assenta a doutrina liberal”. Esse mesmo autor sugere que o Liberalismo é uma abordagem que busca “melhorar as condições materiais da humanidade, com o objetivo de reduzir a pobreza e a miséria, através do princípio da liberdade” (Stewart, 1995, p.73).

O liberalismo defende a ideia de que os indivíduos devem ter o direito de buscar seus próprios interesses, tomar decisões sobre suas vidas, e desfrutar dos resultados de seu próprio trabalho. É uma teoria que valoriza a liberdade de escolha e a autonomia individual, acreditando que isso promove a prosperidade e o progresso social, garantindo a todos a possibilidade de terem as mesmas condições no mesmo ponto de partida.

É por isso que o liberalismo, especialmente em sua concepção *clássica*, também se preocupa com a questão da igualdade de condições. O pressuposto básico é de que o pleno exercício da liberdade só é possível para indivíduos autônomos, racionais e suficientemente esclarecidos sobre as possibilidades que o mundo oferece para decidir sobre como viver suas vidas.

Em confluência aos ideais liberais, o capital humano vem para reforçar que indivíduos tenham a consciência de suas escolhas, de forma racional, objetiva e pautada em conhecimentos historicamente construídos, visto que essa teoria atua no viés de potencialização da autonomia individual, uma vez que sua base destaca o investimento em educação, treinamento e saúde como formas de aumentar a produtividade e ganhos individuais e sociais. Embora já houvesse estudos anteriores exaltando o potencial produtivo humano, o conceito de capital humano surge com Theodore Schultz, que defende que “investir em educação e pesquisa melhora a

produtividade das pessoas e abre oportunidades para inovações que impactam o desenvolvimento econômico” (Schultz, 1973, p. 14).

O investimento em educação como estratégia de desenvolvimento de campo capital, neste caso, o capital humano, “tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (Sen, 2010, p. 29) Nessa linha de raciocínio, o liberalismo clássico e o capital humano são teorias que se complementam e podem desempenhar um papel essencial no fortalecimento e no progresso de uma sociedade, com a premissa de que indivíduos não tenham as suas liberdades privadas ou negligenciadas. Enquanto o liberalismo estabelece os princípios e as instituições que promovem a liberdade individual e a prosperidade econômica, o capital humano fortalece as capacidades técnicas, cognitivas e intelectuais. Quando combinados, esses elementos podem criar uma base sólida para o desenvolvimento humano e a melhoria do bem-estar coletivo.

Nesse sentido, compreendendo a significância tanto do liberalismo como uma corrente política e filosófica, quanto do capital humano como uma abordagem econômica pautada no investimento em indivíduos, buscaremos, aqui, contextualizar seus processos históricos e sua legitimação no desenvolvimento econômico, humano e social de um país.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se classifica como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, pois procura conceituar e estabelecer aproximações entre a teoria do liberalismo clássico e a teoria do capital humano. Quanto ao método, a pesquisa se classifica em bibliográfica por ter realizada busca em publicações, livros e revistas sobre as temáticas exploradas. Entende-se que, embora as correntes teóricas estejam localizadas em diferentes períodos da história, é possível construir confluências conceituais, produzindo um debate que possa ampliar a ideia das capacidades individuais, tendo como centro a educação como base emancipadora e como um direito constitutivo.

LIBERALISMO CLÁSSICO: INSPIRAÇÕES E ASPIRAÇÕES

O liberalismo surge como resultado da luta da burguesia ascendente no iluminismo, contra a nobreza e a igreja, visando obter o controle político do Estado e superar as restrições impostas pela ordem jurídica feudal ao livre desenvolvimento da economia. Isso acontece no final do século XVIII e início do século XIX, em um contexto histórico marcado pela ascensão do Iluminismo, das revoluções burguesas e, mais especificamente, da

Revolução Gloriosa na Inglaterra, ocorrida em 1688. Esse movimento intelectual e político defendia a primazia da razão, a liberdade individual, a limitação do poder estatal e a ruptura com a divinização impregnada com a Idade Média.

A fim de abarcar de forma abrangente os princípios liberais, é essencial revisitar a história a partir do período renascentista. O Renascimento, um movimento de cunho cultural, econômico e político que se estendeu do século XIV ao XVI, representa uma transição da Idade Média para a Idade Moderna. Nesse contexto, o foco central deixa de ser Deus e passa a ser o homem, uma visão conhecida como antropocentrismo. No Renascimento, a ciência emerge como critério fundamental para a organização da sociedade, alicerçada no conhecimento humano. A Modernidade inventa o conceito de indivíduo, que irá nortear a luta por esse novo projeto de sociedade.

Mais adiante, o Iluminismo chega para reforçar os ideais renascentistas e a luz da razão passa a ser o principal tema de reflexões e debates. Filósofos como John Locke, Montesquieu e Voltaire desenvolveram ideias que influenciaram fortemente o liberalismo clássico. Locke, por exemplo, argumentava que os indivíduos possuem direitos naturais inalienáveis, como a vida, a liberdade e a propriedade, cuja proteção é a razão de existir do Estado.

Essas ideias se enraizaram ainda mais com a consolidação do liberalismo clássico em meio a importantes eventos históricos, como a Revolução Industrial (1760), que marca a passagem do sistema feudal para o capitalismo; e a Revolução Francesa (1789), que marca a ascensão do regime democrático sobre a monarquia e faz valer o propósito de “não considerar o Estado como uma criação de Deus, e sim como uma união política consensual e realizada a partir de homens livres e iguais” (Várnagy, 2006, p. 57), bem como legítima a luta pelos ideais de liberdade e igualdade. Ambos os movimentos buscavam referências nas ideias iluministas, visando conquistar a liberdade individual e estabelecer sistemas políticos baseados na separação de poderes e na proteção dos direitos fundamentais.

Um dos legados iluministas que influenciou fortemente os ideais liberais foi o Contratualismo, o qual buscava na filosofia explicações para a questão: por que indivíduos decidem racionalmente seguir um contrato para viver em sociedade? Para esta questão, temos linhas de pensamento distintas: Tomas Hobbes (1588-1679) e o Absolutismo. Para Hobbes, o medo é que dá origem ao contrato. A liberdade absoluta é a fonte do medo permanente, sendo necessário um pacto de regras para o convívio em sociedade. Hobbes acreditava que o homem é mau por natureza e, para viver em sociedade, é necessário um governo forte e autoritário; em

contrapartida, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) defendia a democracia direta.

Qual a melhor forma de viver em sociedade? Pergunte ao povo. Para Rousseau, o homem é bom por natureza, sendo o convívio em sociedade que o corrompe. As decisões tomadas coletivamente conseguem sobrepujar as mazelas da vida em sociedade que corrompem o indivíduo. Rousseau defendia que as regras precisam ser estabelecidas para evitar que o próprio processo de degeneração humana crie conflitos no convívio em sociedade; e, por fim, o pai do liberalismo, John Locke (1632-1704), defendia a democracia representativa. Para ele, o homem não é bom, nem mal. São suas experiências que irão definir suas características. Para Locke, “o pior dos males está no despotismo, na opressão e na má conduta do soberano” (Várnagy, 2006, p. 70).

Locke acreditava que o contrato funcionaria como garantia de que o Estado se responsabilizaria pelos direitos fundamentais pelos quais o liberalismo se legitimou como teoria política: a vida, a liberdade e a propriedade, como explicita Várnagy (2006, p. 46):

O pensador político é prezado como o pai do liberalismo por sustentar que todo governo surge de um pacto ou contrato revogável entre indivíduos, com o propósito de proteger a vida, a liberdade e a propriedade das pessoas, tendo os signatários o direito de retirar sua confiança no governante e se rebelar quando este não cumprir com sua função.

A liberdade individual é o primeiro, maior e mais fundamental dos direitos. Essa é a essência do pensamento liberal, que emerge como uma teoria política, não como uma teoria econômica. Essa liberdade abrange o livre pensamento, ação, expressão e decisão sobre a própria vida. O indivíduo racional possui a liberdade de escolher como viver sua vida e o que fazer com ela, assumindo a responsabilidade por essas decisões.

Entretanto, a concepção filosófica de liberdade pressupõe a igualdade de oportunidades no acesso à educação de qualidade, no direito à propriedade, conquistada através de trabalho, disciplina, criatividade e meritocracia. Por isso, o direito à herança é algo refutável pelos liberais clássicos. Não por acaso, a Inglaterra foi o primeiro país do mundo a implementar a Reforma Agrária, a partir da ideia originária de John Locke.

Ao longo do século XIX, o liberalismo ganhou força em diversos países, especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Nesse período, o livre comércio, a propriedade privada e a não interferência do Estado na economia foram princípios fundamentais do liberalismo econômico. A ideia de que a livre competição no mercado traz benefícios para a sociedade e promove o crescimento econômico sustentável tornou-se uma crença central dos liberais

clássicos, tendo em vista, para eles, há uma tendência da sociedade ao ordenamento espontâneo e o conceito de “mão invisível” formulado por Adam Smith.

No entanto, ao longo do século XX, o liberalismo clássico enfrentou desafios e mudanças significativas. Durante as crises econômicas da Grande Depressão (1929-1939), muitos governos adotaram políticas intervencionistas para enfrentar os problemas sociais e econômicos, resultando em uma maior intervenção estatal na economia.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social ganhou destaque em vários países ocidentais, com a implementação de políticas de proteção social e regulamentação econômica mais intensa. Essa abordagem, conhecida como social-liberalismo, combinava elementos do liberalismo clássico com a preocupação com a justiça social e a redução das desigualdades, ficando conhecida como a chamada “Escola Neoclássica”.

A partir da década de 1970, surgiu uma corrente conhecida como neoliberalismo, que defendia uma maior liberalização econômica e a redução do tamanho e do papel do Estado na economia. Essa corrente teve influência significativa nas políticas adotadas em muitos países nas décadas seguintes, promovendo a privatização de empresas estatais, a desregulamentação e a abertura dos mercados. Suas iniciativas são completamente voltadas ao setor econômico e suas convicções ideológicas, formadas na vertente umbilical liberal, se reestruturam com um posicionamento próprio.

Menos do que uma doutrina social, política e/ou filosófica, o neoliberalismo fica constringido a se apresentar fundamentalmente como uma receita de política econômica (abertura, estado mínimo, desregulamentação, etc.), desprezando, nessa medida, alguns dos nobres valores universais que primariamente lhe deram origem. [...] Premido pelas condições nas quais se recolocou no debate e grandemente auxiliado, nos tempos mais recentes, por uma suposta demonstração histórica da superioridade do mercado, o neoliberalismo acaba por exigir uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo e da livre concorrência, não mais por uma questão de opção ideológica, em obediência a uma dada visão de mundo, mas por uma questão de respeito às coisas tais como elas são (Paulani, 1999, p. 121).

Ou seja, somente na segunda metade do século XX, uma interpretação pobre e seletiva do liberalismo, com ênfase econômica, abriu mão do ideal político de emancipação do indivíduo em prol da ideia de livre mercado com um Estado mínimo. Isso deu origem ao neoliberalismo, que é a aplicação simplista e limitada de alguns princípios do liberalismo ao campo da economia. Ser “liberal na economia” geralmente se aproxima de ser neoliberal. Isso implica assumir a tese de que os indivíduos, quando “livres” para atuar no mercado e assumir a responsabilidade por seu próprio sucesso, produzem ganhos coletivos que resultam em benefícios socialmente generalizados.

Apesar das ressalvas que possam ser feitas a essa tese neoliberal, nossa intenção aqui não é debatê-la. O que parece estranho é a confusão conceitual necessária para juntar liberalismo e conservadorismo na mesma afirmação. Questões como liberdade de comportamento, liberdade sexual e autonomia para decidir sobre a própria vida e corpo são essenciais ao liberalismo. Ser "conservador" nessas questões não apenas é incompatível com o ideário liberal de liberdade, mas também representa uma negação e um oposto a ele.

A vontade das pessoas, quer como governantes, quer como concidadãos, de impor aos outros as suas próprias opiniões e inclinações como uma regra de conduta, é tão ativamente apoiada por alguns dos melhores e alguns dos piores sentimentos inerentes à natureza humana, que muito raramente é mantida sob controlo por outra coisa que não a falta de poder (Mill, 1999, p. 41).

Talvez, por isso, a educação seja tão necessária para fazer funcionar a racionalidade humana, no sentido da liberdade individual ampla dentro dos próprios limites de uma coletividade, que anseia por iguais direitos de liberdade. A educação universal e de qualidade desempenha um papel crucial na busca pela igualdade no ponto de partida. Essa conexão entre igualdade e educação é particularmente relevante quando buscamos unir os princípios do liberalismo e o valor do capital humano. Países e governos liberais consideram a educação como um elemento fundamental para o progresso e a justiça social. Através da educação, os indivíduos adquirem a capacidade autônoma de exercer sua liberdade por meio do uso da razão.

Ao reconhecer isso, estamos promovendo a igualdade de oportunidades, permitindo que todos tenham acesso aos recursos intelectuais necessários para exercer plenamente sua liberdade e alcançar seu máximo potencial. Dessa forma, a tese da igualdade no ponto de partida é fortalecida, permitindo que cada indivíduo tenha as ferramentas cognitivas necessárias para construir um futuro mais justo, próspero e igualitário.

Nesse sentido já se percebe que a igualdade não é incompatível com os ideais do liberalismo. Pelo contrário, ela é sua condição fundamental. Somente indivíduos iguais em condições e perante a lei podem ser verdadeiramente livres. nesse sentido, a teoria liberal é moderna e tem na emancipação do indivíduo o seu princípio fundamental.

É por isso, por exemplo, que, em alguns países na Europa, ser liberal significa ser de esquerda, enquanto os conservadores são geralmente associados à direita. Da mesma forma, o Partido Democrata nos Estados Unidos é considerado de esquerda, pois defende os princípios da liberdade de costumes e comportamento, além de buscar políticas mais igualitárias. Ser "conservador nos costumes" pode significar qualquer coisa, exceto ser liberal.

O liberalismo, acima de tudo, propõe a radicalização da liberdade em relação aos costumes e comportamento como condição para a plena liberdade política. Ele coloca a dimensão dos costumes, dos gostos pessoais e das crenças morais no campo da privacidade, retirando-a do debate político. Busca não apenas garantir a liberdade política, mas também proteger a esfera pessoal, permitindo que os indivíduos vivam de acordo com suas próprias convicções e escolhas, desde que não prejudiquem os direitos e liberdades de outros.

Embora vivamos em uma época em que o rigor conceitual é cada vez mais negligenciado em prol da subjetividade das interpretações, ainda defendemos a existência de certos limites para a "fusão" de teorias e modelos interpretativos do mundo e da sociedade. É muito comum nas últimas décadas a popularização de ideologias que buscam destacar o liberalismo enquanto base teórica. Pode-se asseverar a profundidade das diferenças existentes no campo teórico do liberalismo, e do debate de ideias do conservadorismo, pois a união do liberalismo político com o conservadorismo exige uma reengenharia teórico-conceitual que pode até dar sentido à combinação de formulações neoliberais com convicções religiosas, mas não faz sentido algum no campo do pensamento político.

Nesse sentido, pode-se dizer que tais circunstâncias estão presentes na filosofia política, intrínsecas nas diferenças de valores subjacentes a esses dois modelos teóricos. Não há como negar que existem muitos aspectos que se mostram incompatíveis, refletindo visões de mundo divergente, e até mesmo, conflitantes.

LIBERALISMO E CAPITAL HUMANO

A relação entre capital humano e liberalismo é profunda. O liberalismo, como uma teoria política e econômica, enfatiza a liberdade individual, a propriedade privada, o livre mercado e a não interferência do governo na economia. O capital humano, por sua vez, refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências que um indivíduo possui e que contribuem para sua produtividade e capacidade de gerar valor econômico.

Estudos sobre capital humano já aparecem antes de Schultz, ainda que o conceito não fosse formalizado como tal. De acordo com Kelnar *et al.* (2013), em 1776, Adam Smith já abordava algumas reflexões a respeito da importância da figura humana na história dos processos produtivos de um país, em sua obra *A Riqueza das Nações*, argumentando que “a iniciativa de melhorar a condição do indivíduo o faz prosperar, porém é uma iniciativa individual, isto porque Smith admite poucas funções ao estado. Suas ideias permanecem no

processo de divisão do trabalho e livre mercado”. Com o conceito de capital humano formalizado por Schultz a educação passa a ser imprescindível no contexto econômico.

Viana e Lima (2010, p. 138) também notificam que “várias evidências publicadas na literatura mais recente indicam forte relação entre crescimento econômico e o nível de capital humano existente em determinados espaços geográficos”. Não por acaso, países como Japão, Coréia do Sul e China apresentam níveis elevados de educação e crescimento econômico. Isso é reflexo de forças conjuntas entre os ideais liberais, inspirando a disciplina individual, atrelados ao papel do Estado que, por meio de políticas públicas, investe e oportuniza o acesso à formação integral dos indivíduos - o capital humano.

No contexto do liberalismo, o capital humano desempenha um papel importante no funcionamento de uma economia de mercado. A ênfase na liberdade individual e na propriedade privada incentiva que instituições invistam em indivíduos, capacitando-os para agregar educação, treinamento e habilidades de modo a melhorar suas perspectivas de emprego e aumentar sua produtividade. Os defensores do liberalismo argumentam que o livre mercado permite que as pessoas maximizem seu potencial de capital humano, pois oferece oportunidades para que elas escolham suas ocupações e busquem seus próprios interesses.

Além disso, o capital humano também é fundamental para a inovação e o progresso econômico. O liberalismo enfatiza a liberdade de empreendimento e a competição no mercado, o que estimula a busca por melhorias e avanços tecnológicos. Indivíduos com grande estoque de capital humano são frequentemente os responsáveis por essas inovações, seja através da criação de novas tecnologias, produtos ou serviços, como argumenta Viana e Lima (2010, p. 146-147):

A variável tecnologia por si só não auferir ganhos se a capacidade humana de gerenciar o uso dessa tecnologia e inovar não estiver sendo utilizada. Paralelo ao empreendedorismo, a capacidade de inovar com as novas tecnologias e usá-las de forma adequada no processo produtivo tem maiores chances de êxito quando o elemento humano está bem preparado e qualificado.

O ideal liberal, como uma teoria política que valoriza os direitos individuais de liberdade, reconhece na educação a principal ferramenta para proporcionar condições de liberdade. Nesta direção, a escola surge como instrumento para treinar indivíduos para usar a razão. Por isso, é possível verificar as ideias de Locke refletindo diretamente na educação formal:

A influência de Locke também foi importante no campo da pedagogia. Nessa área, considerava que, se as ideias eram adquiridas apenas a partir da experiência, a educação unicamente podia render frutos quando o educador reproduzisse diante dos alunos a ordem de sucessão das impressões e ideias necessárias para a formação adequada do caráter e da mente. A educação, de acordo com nosso autor, deveria estimular o desenvolvimento natural do educando: era importante fortalecer sua vontade e, para isso, havia que fomentar a saúde e a robustez corporal com um regime e exercícios apropriados. Deveriam ser alcançadas a autonomia pessoal, a atividade e laboriosidade, a probidade e, sobretudo, corresponderia propender a formar membros úteis à comunidade (Várnagy, 2006, p. 46).

Em Ensaio sobre a Educação, a abordagem de Locke direciona para uma educação familiar, no contexto de pai/mãe para filho. Ao encontro dessa ideia de Locke, mais adiante, Schultz reforça a importância de uma educação de base, ainda antes da educação formal, o que ele descreve como o “capital configurado na criança”:

Uma classe particular de capital humano, consistente do capital configurado na criança, pode ser a chave de uma teoria econômica da população. A formação do capital configurado na criança, pelo lar, pelo marido e pela mulher, começaria com a criação dos filhos e prosseguiria ao longo de sua educação por todo o período da infância (Schultz, 1973, p. 9).

A formação integral, a partir do contexto familiar, pressupõe que as individualidades sejam contempladas e somadas ao conhecimento construído ao longo da vida escolar, de modo que cada indivíduo seja capaz de perceber suas potencialidades, fazer suas próprias escolhas e fazer leituras e interferir na realidade em que está inserido. Nesta direção, Viana e Lima (2010, p. 141) complementam que:

A caracterização da educação se dá por meio do “ensino” e do “aprendizado”, sendo que seu significado decorre da extração de algo potencial ou latente de uma pessoa, aperfeiçoando-a, moral e mentalmente, a fim de torná-la suscetível a escolhas individuais e sociais. Preparando-a para uma profissão, por meio de instrução sistemática e exercitando-a na formação de habilidades.

Neste sentido, atrelar os ideais liberais à teoria do capital humano não somente é um caminho possível, como uma estratégia promissora no campo do desenvolvimento, tendo em vista que, “para a teoria do capital humano, a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso econômico”, como explicam Viana e Lima (2010, p. 137). Em 1964, Schultz já falava sobre isso, quando definiu capital humano como um “conjunto de conhecimentos, habilidades, experiências e saúde de um indivíduo, que podem ser aprimorados por meio de investimento” (Schultz, 1964, p. 17).

Em resumo, a relação entre capital humano e liberalismo envolve a valorização e o incentivo ao desenvolvimento das habilidades e conhecimentos individuais, bem como a exploração de oportunidades no livre mercado. No entanto, é importante considerar os desafios e as desigualdades que podem surgir nesta relação. Nesse sentido, referimo-nos aos desafios e desigualdades a partir do liberalismo incorporado ao discurso neoconservador, que está petrificado nas instâncias econômicas, conhecido hoje como Neoliberalismo. No entanto, é importante reconhecer que o desenvolvimento de um país envolve outras esferas, além do viés econômico, como bem pontua Sen (2010, p. 28):

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.

No entanto, é importante ressaltar que a relação entre capital humano e liberalismo também pode apresentar desafios e desigualdades. Nem todos os indivíduos têm acesso igual às oportunidades de desenvolver seu capital humano, o que pode resultar em disparidades econômicas e sociais. Além disso, a ênfase no livre mercado pode levar à exploração de trabalhadores, especialmente aqueles com menor capital humano, resultando em desigualdades de renda e poder.

Ambas as teorias ignoram completamente os ideais clássicos liberais, pois há uma tendência de priorizar valores religiosos como orientadores da governança e das políticas públicas. Essa inclinação pode implicar uma redução da importância atribuída aos direitos individuais, à igualdade de oportunidades, ao Estado de direito e à participação democrática em prol de considerações religiosas, e ambições puramente econômicas e de garantia de poder a partir da acumulação.

Não é pelo desdém aos bens espirituais que o liberalismo se concentra, exclusivamente, no bem-estar material do homem, mas pela convicção de que o que é mais alto e profundo no homem não pode ser tocado por qualquer tipo de regulação externa. O liberalismo busca produzir apenas o bem-estar exterior, porque sabe que as riquezas interiores, espirituais, não podem atingir o homem de fora, mas somente de dentro, de seu próprio coração. O liberalismo não visa a criar qualquer outra coisa, a não ser as condições externas para o desenvolvimento da vida interior (Stewart 1995, p. 71).

Ao compreendermos essas diferenças, cabe a nós destacar que a proposta desse artigo foi abordar a relação positiva que a teoria do capital humano pode ter com os verdadeiros ideais

do liberalismo, no sentido de manter preservados os direitos individuais de autonomia e liberdade sem restrições ao acesso à educação, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo explora a relação entre a teoria do capital humano e os ideais do liberalismo clássico. O liberalismo, como uma teoria política e econômica que destaca a liberdade individual, compreendida como a essência da igualdade, e o capital humano desempenhando um papel significativo no funcionamento de uma economia de mercado fundamentada nos princípios liberais.

O liberalismo clássico incentiva as instituições a investirem em indivíduos, por meio de educação, treinamento e desenvolvimento de habilidades, com o intuito de melhorar suas perspectivas de emprego e aumentar sua produtividade. Nesse contexto, o capital humano é considerado um elemento essencial para o sucesso econômico e a prosperidade de uma sociedade.

Com base nesse entendimento, torna-se evidente que o liberalismo clássico e o capital humano são complementares e desempenham papéis essenciais no fortalecimento e avanço de uma sociedade. Enquanto o liberalismo estabelece os princípios e instituições que fomentam a liberdade individual e a prosperidade econômica, o capital humano fortalece as capacidades técnicas, cognitivas e intelectuais dos indivíduos. Essa combinação cria uma base sólida para o desenvolvimento humano e a melhoria do bem-estar coletivo.

Ou seja, o aprimoramento do capital humano pode ser uma importante ferramenta para a criação das condições necessárias à consolidação dos ideais do liberalismo clássico/político. À medida que aprimoramos o capital humano, criamos/melhoramos as condições para que os indivíduos exerçam sua liberdade e autonomia, elementos centrais do liberalismo; e se o fazemos para todos, criamos as condições para a materialização do princípio liberal da igualdade de condições.

Importa enfatizar, ademais, a grande diferença que existe entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. É válido destacar que a menção à união do liberalismo puramente econômico voltado ao conservadorismo, requer uma reengenharia teórico-conceitual que pode não fazer sentido dentro do campo do pensamento político. São conexões que distorcem os ideais liberais e que tornam o capital humano apenas uma ferramenta de exploração.

Por fim, compreende-se que o capital humano desempenha um papel crucial na implementação e no sucesso de uma economia de mercado baseada nos ideais do liberalismo

clássico, cujo fulcro reside na salvaguarda da Liberdade Individual. Entendemos que é possível construir uma base sólida para o avanço social e econômico, promovendo a liberdade individual, a justiça social e a melhoria da qualidade de vida para todos os membros da sociedade. Ao fazer isso, estaremos abrindo caminho para uma sociedade mais equitativa, inclusiva e próspera, onde o potencial humano é valorizado e realizado plenamente.

REFERÊNCIAS

KELNIAR, Vanessa Carla; LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. A teoria do Capital Humano: revisitando conceitos. Paraná: **VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, 2013.

LOCKE, John. **Alguns Pensamentos sobre a Educação**. Tradução de Madalena Requiça. Lisboa: Edições 70, 2019.

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Tradução de Pedro Madeira. Coleção Saraiva de Bolso. [Ed. especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, p. 115-127, dez., 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTANA, Paulo Emilio de Assis. **Do liberalismo clássico ao liberalismo pedagógico contemporâneo: uma análise do fundamento histórico e seu alcance educacional**. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/BJMVfkXi.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; Revisão Técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEWART Jr., Donald. **O que é o liberalismo?**. 5. ed. rev. aum.- Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. Disponível em: <https://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2017/06/STEWART-Donald-Jr-1988-O-que-%C3%A9-liberalismo.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. En publicacion: **Filosofia política moderna**. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. USP, Universidade de Sao Paulo. 2006. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100603074417/04_varnagy.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico.
INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, jul.-dez., 2010.